Intervenção do Secretário Regional da Economia

500 Maiores Empresas

- Exmo. Senhor Secretário de Estado da Economia, Engenheiro João Rui Ferreira, em representação de Sua Excelência o Primeiro-Ministro,
- Exma. Senhora Presidente do Conselho de Gerência do Diário de Notícias da Madeira
- Exmas. Senhoras e Senhores representantes de entidades públicas e privadas,
- Exmas. Senhoras e Senhores Empresários, Investidores e Gestores,
- Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A Madeira está a viver uma transformação económica cujo alcance só compreenderemos plenamente quando a observarmos à distância de algumas décadas. Durante muito tempo, o desenvolvimento regional foi condicionado pela necessidade de realizar investimentos que, noutras geografias, tinham sido concretizados muito antes. A construção de estradas, portos, aeroportos, redes de abastecimento e equipamentos públicos absorveu uma parte substancial dos recursos disponíveis e colocou o investimento público no centro da atividade económica.

Foi uma resposta às circunstâncias de uma Região que precisava de superar atrasos históricos e de criar as condições básicas indispensáveis ao seu desenvolvimento.

Hoje, a questão económica fundamental da Madeira é diferente.

As infraestruturas continuam a exigir investimento e modernização, mas a capacidade de crescimento da Região depende cada vez mais da iniciativa privada, das decisões de investimento das empresas, da competência dos seus trabalhadores e da aptidão do nosso tecido empresarial para encontrar oportunidades dentro e fora do arquipélago.

Hoje, por cada euro investido pelo setor público, os privados investem quase 4 euros. Esta alteração do paradigma económico regional constitui, porventura, uma das transformações mais importantes da Madeira contemporânea.

O investimento público criou uma parte essencial das condições para o desenvolvimento. A iniciativa privada assumiu um protagonismo crescente na utilização dessas condições para produzir riqueza, gerar emprego e alargar a presença da economia madeirense nos mercados.

O reconhecimento desta evolução não diminui o papel do Estado, antes torna mais exigente a definição das suas responsabilidades. O Governo deve assegurar estabilidade, paz social, infraestruturas adequadas, serviços públicos eficientes e um enquadramento fiscal e regulamentar que favoreça o investimento. A capacidade de transformar essas condições em atividade produtiva pertence, em larga medida, às empresas e às pessoas que nelas trabalham.

É por isso que esta cerimónia das 500 Maiores e Melhores Empresas da Madeira tem um significado que ultrapassa a distinção dos resultados de um exercício económico.

Ao longo de quase quatro décadas, esta iniciativa acompanhou a evolução de um tecido empresarial que ganhou dimensão, diversificou atividades, acumulou experiência e demonstrou capacidade para competir num território onde os custos da distância e da insularidade continuam a fazer parte das decisões económicas.

Os prémios hoje atribuídos reconhecem percursos empresariais concretos, mas permitem também observar uma mudança estrutural na economia regional. O crescimento que alcançámos tem o trabalho, a iniciativa e o investimento de milhares de madeirenses na sua origem.

Os empresários assumem riscos que nenhuma estatística consegue descrever integralmente. Comprometem recursos, antecipam mercados, enfrentam incertezas e respondem pelas consequências das suas decisões. Os investidores disponibilizam capital e confiança. Os trabalhadores asseguram o conhecimento, a execução e a continuidade sem os quais nenhum projeto empresarial poderia prosperar.

É a todos eles que devemos uma parte decisiva dos resultados económicos da Região.

Em 2025, o Produto Interno Bruto da Madeira aproximou-se dos 8,5 mil milhões de euros, situando-se em 107 por cento da média do país. O volume de negócios das empresas sediadas na Região superou os 11 mil milhões de euros.

No terceiro trimestre deste ano, a população empregada situou-se nas 137.800 pessoas, com uma taxa de desemprego de 4%, a mais baixa do país.

São alguns indicadores de uma economia que adquiriu uma dimensão e uma capacidade de criação de emprego muito superiores às que conhecemos no passado.

Mas os resultados alcançados colocam-nos perante uma responsabilidade que considero ainda mais importante do que a celebração do crescimento: assegurar a sua continuidade e, sobretudo, melhorar a qualidade económica e social da riqueza que produzimos.

A Madeira aproxima-se de uma etapa em que o desenvolvimento terá de encontrar sustentação em fatores mais permanentes do que a expansão da procura ou a existência de condições conjunturais favoráveis.

Esse patamar exige mais diversificação na base produtiva, empresas mais produtivas, maior incorporação de conhecimento e tecnologia na atividade económica, capacidade de exportação e investimento em setores que acrescentem valor à produção regional, maior concorrência no mercado, nomeadamente no setor alimentar e nas comunicações, e redução de custos de contexto.

Exige também uma política humanista de imigração que responda às necessidades do mercado de trabalho, com uma integração correta dos que acolhemos na nossa terra.

E exige ainda que o crescimento se traduza numa distribuição mais equilibrada e justa da riqueza.

A prosperidade de uma Região não pode ser avaliada sem atender à situação das famílias que nela vivem. O aumento da atividade económica deve encontrar expressão nos rendimentos do trabalho, na estabilidade do emprego, nas oportunidades oferecidas aos jovens e na possibilidade de as pessoas construírem uma vida digna na terra onde nasceram ou escolheram viver.

A evolução da produtividade é determinante para esse objetivo. Uma economia que produz mais valor por trabalhador dispõe de melhores condições para remunerar o trabalho, financiar o investimento e sustentar serviços públicos de qualidade.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Há sinais de algum abrandamento do crescimento económico derivados da conjuntura internacional e da dimensão e escala da nossa economia que temos de ter em consideração.

A crise energética e a pressão sobre os preços dos combustíveis, que provocam inflação, representam riscos particularmente sensíveis para a Madeira. A nossa condição insular significa que uma parte importante da atividade económica depende de transportes marítimos e aéreos, de abastecimentos externos e de cadeias logísticas sujeitas a custos que não controlamos.

A evolução das taxas de juro e as dificuldades de financiamento constituem outra fonte de preocupação. O investimento empresarial exige condições de crédito compatíveis com os prazos de maturação dos projetos, e qualquer agravamento dos custos financeiros pode adiar decisões, limitar a expansão das empresas e comprometer oportunidades de criação de emprego.

Acresce a instabilidade política e social que se observa em diferentes países europeus, num contexto internacional em que as tensões geopolíticas, a incerteza comercial e a vulnerabilidade das cadeias de abastecimento tornam mais difícil antecipar a evolução dos mercados.

O ano de 2027 será, por isso, um ano particularmente desafiante.

A economia madeirense dispõe hoje de uma base empresarial robusta, mas essa robustez não nos coloca ao abrigo dos choques externos. Obriga-nos, pelo contrário, a preparar respostas proporcionais à natureza dos riscos que enfrentamos.

Tenho, ainda assim, uma confiança profunda na capacidade dos nossos empresários e trabalhadores.

A Madeira já atravessou períodos em que as perspetivas económicas eram consideravelmente mais adversas. Conhecemos os efeitos das crises financeiras, das perturbações dos mercados internacionais e das interrupções abruptas da atividade económica. Em cada uma dessas circunstâncias, a iniciativa privada regional revelou uma capacidade de adaptação que merece ser reconhecida.

Estou certo de que a vontade indomável dos nossos empreendedores, a experiência adquirida e a determinação de quem trabalha nas empresas madeirenses permitirão enfrentar as nuvens que se adensam no horizonte.

Essa confiança não dispensa a ação do Governo Regional.

Perante um contexto de maior incerteza, a política económica deve proporcionar previsibilidade e preservar a capacidade de investimento das empresas e o rendimento disponível das famílias.

É neste enquadramento que o próximo Orçamento Regional manterá a orientação de redução da carga fiscal.

Está prevista a descida da taxa geral de IRC de 13,3% para 12,6%, sendo que na costa norte e no Porto Santo será de 8,75%, prosseguindo uma trajetória de desagravamento que procura reforçar a competitividade da economia regional e criar condições mais favoráveis ao investimento.

Manteremos a redução de 30% das taxas de IRS nos nove escalões de rendimento, permitindo que uma maior parcela do rendimento do trabalho permaneça na disponibilidade das famílias.

A taxa reduzida de IVA dos bens absolutamente essenciais continuará fixada em 4%.

Estas opções correspondem a uma orientação política que considera a fiscalidade um instrumento relevante para a competitividade empresarial, a atração de investimento e a valorização dos rendimentos.

Numa Região onde a distância aos mercados, a dependência dos transportes e a dimensão limitada do mercado interno representam custos permanentes, a política fiscal pode contribuir para atenuar desvantagens estruturais e reforçar a capacidade de iniciativa económica.

Mas a política económica regional não se esgota na fiscalidade.

O crescimento que pretendemos consolidar tem de responder a problemas sociais cuja persistência pode, ela própria, transformar-se num obstáculo ao desenvolvimento.

A habitação é hoje um desses problemas.

As dificuldades de acesso a uma casa afetam as famílias, condicionam a autonomia dos jovens e introduzem constrangimentos adicionais à mobilidade e à fixação de trabalhadores. Uma economia que necessita de atrair e reter talento não pode desconsiderar o peso crescente da habitação nas decisões de vida das pessoas.

Por essa razão, a construção de habitação continuará a constituir uma prioridade da ação governativa.

Também o envelhecimento da população exige respostas estruturadas e uma capacidade de planeamento que tenha em conta as transformações demográficas em curso.

A crescente necessidade de cuidados, de equipamentos sociais e de serviços de proximidade terá consequências na organização da sociedade, no mercado de trabalho e na afetação dos recursos públicos. Preparar a Região para esta realidade constitui uma responsabilidade económica e social de primeira importância.

A melhoria da qualidade de vida das famílias e a coesão territorial e social permanecerão igualmente no centro das prioridades do Governo Regional.

A criação de riqueza deve contribuir para reduzir desigualdades e ampliar oportunidades, incluindo nos territórios onde a escala do mercado e a dispersão populacional tornam mais difícil assegurar condições equivalentes de desenvolvimento.

Esta preocupação com a qualidade do desenvolvimento deverá orientar também a utilização dos recursos financeiros europeus.

O próximo ano será particularmente importante para a conclusão dos investimentos do atual período de programação do Madeira 2030 e para a preparação das etapas subsequentes.

Temos procurado assegurar uma boa execução dos fundos disponíveis, conscientes de que o seu valor deve ser avaliado, sobretudo, pela capacidade de produzir efeitos duradouros na economia e na sociedade regional.

Ao mesmo tempo, teremos pela frente uma negociação decisiva para o próximo quadro financeiro plurianual da União Europeia, relativo ao período de 2028 a 2034.

A Madeira tem de defender, com firmeza, um acordo que reconheça as especificidades das regiões ultraperiféricas e assegure instrumentos financeiros adequados à compensação dos custos permanentes da insularidade.

A distância aos principais mercados, a dependência dos transportes, a reduzida dimensão territorial e a fragmentação geográfica impõem limitações que continuam a existir mesmo quando a economia cresce.

A negociação do próximo quadro comunitário será, por isso, uma das grandes responsabilidades políticas dos próximos anos.

O resultado que alcançarmos terá influência direta na capacidade de investimento da Região e nas oportunidades de crescimento das suas empresas.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A Madeira dispõe hoje de uma economia robusta e pujante, sustentada por um tecido empresarial que demonstrou capacidade de crescimento, adaptação e resistência.

O reconhecimento que prestamos às 500 Maiores e Melhores Empresas deve ser entendido à luz dessa evolução.

Cada empresa distinguida representa uma experiência própria, com decisões, investimentos, dificuldades e resultados que não se confundem com os de qualquer outra. Mas todas participam numa realidade económica que ganhou uma importância crescente para o futuro da Região.

O Governo Regional continuará a reconhecer o mérito empresarial e a trabalhar para que a Madeira ofereça condições favoráveis à criação de riqueza e emprego.

O nosso objetivo para os próximos anos é preservar a trajetória de desenvolvimento alcançada, resistir aos efeitos da instabilidade internacional e consolidar um modelo económico em que a iniciativa privada continue a assumir um papel determinante.

Temos igualmente a responsabilidade de assegurar que essa trajetória seja acompanhada por uma melhoria efetiva das condições de vida dos madeirenses.

O sucesso das nossas empresas e o progresso social da Região pertencem ao mesmo projeto de desenvolvimento. A sua articulação será decisiva para determinar a qualidade do crescimento económico que conseguirmos alcançar.

Aos empresários, investidores, gestores e trabalhadores que contribuíram para os resultados hoje distinguidos, deixo o reconhecimento do Governo Regional e a minha confiança na sua capacidade para enfrentar os desafios que se aproximam.

A Madeira continuará a precisar da vossa iniciativa, do vosso investimento e da vossa ambição.

Muito obrigado.